CIDADES DO FUTURO: INTRODUÇÃO DO EDITOR

Catarina Patrício

Universidade Lusófona e CIC.Digital Polo FCSH-UNL, Lisboa [PT]

catarinapatricioleitao14@gmail.com

It is the business of the future to be dangerous; and it is among the merits of science that it equips the future for its duties.

Alfred North Whitehead, *Science and the Modern World* (1925)

Na capa deste número da Revista de Comunicação e Linguagens, vê-se um homem e um cão¹. Encontram-se num mesmo gesto, quase uma mesma natureza. Entrepõem-se escombros, são eles o elemento revelador: talvez aqui os *últimos habitantes da Terra*.

O problema da extinção da humana, não sendo da ordem da experiência, obriga a uma permanente renegociação ontológica porquanto converte a nihilização do existente num instrumento do pensamento. Essa inteligibilidade da extinção² diremos que serve para incidir criticamente sobre um certo antropocentrismo, inexorável efeito vindo da facticidade das leis da ciência³ e que tem marcado a Modernidade enquanto complexo técnico e político. Num momento em que se manifestam crises de todo o género, tomar o fim por princípio evidencia-se uma atitude politicamente necessária.

Presente. Toda a ocorrência no presente é processual e manifesta-se em devir. Revelando-se, coloca-se também ela entre uma multiplicidade de outras tantas coisas sem as quais não poderia *ser* (Whitehead, 1925: 176). Futuro. Tudo o que está por vir existe em

¹ O leitor reconhecerá que se trata de uma montagem de uma cena do filme *Damnation* (1987) de Béla Tarr sobre um cenário extraído de *Blade Runner* (1982) de Ridley Scott. Ao desenho assiste-lhe um método, o *cut-up*, uma potente técnica proposta por William S. Burroughs que supõe entremear inscrições com outras tantas. Texto, som, imagem, tudo pode ser arrolado, cortado e montado. Refeito em novo objeto, é pela montagem que se tensiona o presente enquanto se distendem linhas para um futuro. Como Burroughs dissera algures, “*when you cut into the Present the Future leaks out*”.

² Veja-se Brassier, R. 2007. *Nil Unbound: Enlightenment and Extinction*. London: Palgrave Macmillan.

³ É esta a tese de Quentin Meillassoux em *Après la Finitude*. A esse programa antropocêntrico que refuta, Meillassoux chama-lhe correlacionismo: um anel metafísico que o ser humano ergueu em torno de si e que força a co-extensividade entre ser e pensamento. Mas em vez de apontar para o problema da extinção, como fará posteriormente Brassier, Meillassoux procura o domínio da ancestralidade (*arque-fóssil*) de forma a anular o excesso de confiança e peso humanos sobre a história, a ciência e a metafísica (Cf. Meillassoux, Q. 2006. *Après la Finitude. Essai sur la nécessité de la contingence*. Paris: Seuil).

associação, colocando-se também entre uma multiplicidade de futuros possíveis – aí temos a contingência. O presente, sempre a deixar de o ser, ativa ligações que não são apenas estabelecidas com base na lateralidade da co-presença, na medida em que um qualquer acontecimento ou entidade perfaz-se enformando uma antecipação, traduzindo dentro de si mesmo aspetos de como o futuro vai remetendo para o presente (Whitehead, 1925: 74). Se, como diz Whitehead, *o ofício do futuro é ser perigoso e um dos méritos da ciência é equipar o futuro para os seus deveres*, isso significa comprometer o presente, do menor ao mais complexo gesto, com uma ciência que se espera preparada para lidar com dilemas em curso e por vir. Tudo se joga no presente; é aí que está um futuro a fazer-se.

Pensar as cidades do futuro implica, por isso, proceder a cortes no presente. Percorram-se algumas das linhas que o executam, comprimem e distendem, isto porque as cidades do futuro estão já sujeitas a determinações, muitas feitas no presente. As razões são múltiplas e inescapáveis.

Crescentemente mediada e orientada por dispositivos técnicos, em que máquinas sensíveis na forma de imagens visuais e sonoras vêm à frente “*onde quer que alguém e um aparelho estejam*” (Valéry, 1928: 313), a experiência da cidade não se livrou de uma mobilização generalizada para a experiência⁴, que a transforma como lugar de cruzamentos (Cf. RCL 48 L. C. Ribeiro). Nos transportes e comunicações, e se “*a cidade é [ainda] um correlato da estrada*” (Deleuze e Guattari, 1972; 551), depois da supressão das distâncias pela aceleração da viagem ou na comunicação instantânea que revolucionaram o século XX, a convergência tecnológica estimula a coalescência entre elementos. É neste campo que os *drones*, por exemplo, se têm constituído como uma das faces mais visíveis de um embate que se espera polémico: tanto projeteis como veículos, também “*máquinas de visão*”⁵ e de registo, simultaneamente comercializados ao nível militar e civil, está ainda por perceber a forma como irão incidir sobre as cidades. É também neste momento, em que se lança uma espécie de monitorização geral decorrente da rastreabilidade da informação (que *alcança* todos, do indivíduo comum às megaestruturas), que se agudizam debates em torno da propriedade, do espaço público e do destino do privado. A trama adensa-se ainda com a miniaturização de objetos, que se infiltram nos espaços e nos corpos pelas nano-

⁴ Trata-se aqui de perceber a “*realidade cinética da Modernidade enquanto mobilização*” (Sloterdijk, 1989: 27).

⁵ Fazendo aqui uma alusão ao título *La Machine de Vision*, onde Paul Virilio comenta criticamente a forma como os novos mecanismos de percepção e representação absorvem as distâncias (Cf. Virilio, P. (1988). *La Machine de Vision*. Paris: Galilée).

tecnologias, conduzindo a uma nova viragem nas *antropotécnicas*⁶, i.e., as possibilidades do homem se fazer a si próprio – da escrita (também em algoritmos) à manipulação genética. Revelam-se ainda, entre outros traços, a precariedade do trabalho, a insustentabilidade do Estado Social, o aumento de fluxos migratórios e de mobilizações sociais. Os conflitos agravam-se. E, de uma maneira ainda mais global, instabiliza-se o ambiente natural do planeta – só por si, as alterações climáticas significarão mais e mais guerras em torno do território, novos fluxos de refugiados, maior pressão sobre os recursos, crises mais devastadoras.

É com a Terra entretecida nas malhas do ciberespaço, toda ela perscrutada e cartografada de micro- a macro-cartografias⁷, que se percebe a natureza reticular do espaço, ele que se nos “*oferece sob a forma de relações de colocação*”⁸. Descobrir a rede é então descobrir o mundo na sua finitude e impossibilidade de expansão – eis a grande ansiedade do século XXI, justamente o limite da extensão. Pois até o armazenamento na *cloud* pressupõe servidores, e esses estão na terra – enterrados e refrigerados como nos gigantescos Data Center da Google, Microsoft ou Facebook.

Face à insuperabilidade do espaço real, vem à lembrança o conto “Billenium” (1962) de J. G. Ballard – a ficção também se constitui como um canal de antecipação exploratória. Num mundo com 20 mil milhões de habitantes encurralados na vastidão de grandes áreas urbanas, cada indivíduo pode apenas dispor de cerca de 4 metros quadrados de habitação. Dado o aumento da população, intensifica-se drasticamente a pressão sobre o espaço e sobre os recursos: nas cidades, os monumentos foram há muito destruídos para construir mais e mais zonas de alojamento; no campo, os antigos prados foram convertidos em imensas áreas de produção altamente mecanizada, interdita e vigiada. Crê-se já não haver floresta nem reservas naturais. Perante uma questão tão primordial quanto o encurtamento do território, a rivalidade económica e ideológica entre Estados há muito havia esmorecido.

⁶ Aquilo a que Sloterdijk chamou de “Regras para o Parque Humano” (Cf. Sloterdijk, P. (1999). *Regeln für den Menschenpark: Ein Antwortschreiben zu Heideggers Brief über den Humanismus*. Frankfurt/M: Suhrkamp).

⁷ As consequências são profundas: “A visão panóptica da Terra sofre uma convulsão essencial na modernidade, como a sua transformação num mero planeta, completamente cartografado, apropriado, escrutinado via satélite, cablado por uma rede de computadores, etc. Trata-se de uma Terra recriada tecnicamente que é representada como um mero «planeta», um astro entre imensos outros.” (Miranda, 2005: 25)

⁸ Restitua-se a passagem completa: “[o] problema da colocação humana não se resume apenas à questão de saber se haverá espaço suficiente para o homem no mundo – problema esse que é, afinal, bem importante –, é também o problema de saber que relações de vizinhança, que tipo de armazenamento, de circulação, de captação, de classificação dos elementos humanos devem ser escolhidos preferencialmente em tal ou tal situação para chegar a tal ou tal fim. Vivemos numa época em que o espaço se nos oferece sob a forma de relações de colocação”(Foucault, 1984: 244).

De “Billenium” é possível extrair alguns sinais do futuro e o seu comprometimento no presente. Desde logo se percebe como está em causa o modelo do habitar (Cf. RCL 48, M. Felice): quando a população mundial ultrapassa já os 7 mil milhões de habitantes, metade dos quais a viver em zonas urbanas, a tendência para as chamadas cidades inteligentes perfila-se para a gestão do espaço urbano diante de tal desafio. Porém, a cidade não está confinada aos seus limites e *toca* também no que lhe está fora, comprometendo necessariamente outras parcelas de terra pela exploração agrícola e energética – é preciso alimentar a cidade: dentro de anos será inevitável falar na produção artificial de proteína e, potencialmente, a fusão nuclear será o próximo paradigma energético. Daí que, dada a dilatação da forma-cidade, se possa prever um fim da natureza no seu estado selvagem – a problematização da entrada no Antropoceno é sintoma disso mesmo, ainda que esta se mantenha ativa enviando tempestades de toda a ordem (RCL 48, M. Bogalheiro). Mas para lá de uma incomensurável pressão sobre a Terra, o conto de J. G Ballard dá ainda a entrever a dissolução dos Estados, particularmente a conformação moderna do Estado-Nação⁹, que colapsa ante a prioridade para uma ligação colectiva e planetária na resolução de um problema comum.

Neste início de milénio, com a emergência de *translocalidades*, i.e. formações pós-nacionais decorrentes da produção de localidade num mundo global¹⁰, é de esperar que se possa fender a estrutura do Estado-Nação¹¹. Trata-se de uma crise que também resulta da importância crescente das cidades. Cada vez mais libertas da forma Estado, grandes metrópoles tendem para uma autorregulação, conectando-se entre si de forma corporativa e global, por vezes mais do que ao território da Nação – num processo de inversão de colocações próprio ao capitalismo na sua etapa mais especulativa (RCL 48, J. B. Cunha). Uma desterritorialização que acontecia nas cidades portuárias (Deleuze e Guattari, 1972: 553), mas que se intensificou com a circulação e abarca o mundo inteiro.

⁹ Resultante de um conjunto de diplomas abrangidos na chamada Paz da Vestefália (1648) e que veio a constituir o Estado Moderno, fundamento político e jurídico assente na soberania territorial, não-intervenção e territorialidade (Estado) com etnicidade e solo (Nação).

¹⁰ O movimento humano intensifica-se e é gerador de *translocalidades* (Appadurai, 2003). Este compreende a emigração por oportunidade económica, ainda a circulação de trabalhadores especializados (como os soldados das Nações Unidas, técnicos, diplomatas, etc.), grandes movimentos decorrentes de crises humanitárias (guerras, fomes, catástrofes naturais ou outras formas de crise decorrentes das alterações climáticas), e envolve também novas formas de trabalho, e ainda outras formas de movimento, como o turismo.

¹¹ É essa a leitura de Arjun Appadurai em “Sovereignty without Territory: Notes for a Post-National Geography” (2003). Mas para o futuro estar para lá das nações, teria de se rarefazer esse “universo imaginado” que é um Estado-Nação.

Esta *rede*, que coloca uma cidade em relação com outras, forma uma *transconsistência* e distribui os fluxos num plano horizontal. Um Estado procede de modo distinto. É uma *intraconsistência*, operando por *estratos* que formam “um conjunto vertical e hierárquico que atravessa as linhas horizontais em profundidade” – “o centro não está no meio, mas em cima visto que não pode reunir o que isola senão por subordinação” (Deleuze e Guattari, 1972: 552). Talvez as cidades, na reticularidade que desenham, estejam mais bem preparadas para gerir os fluxos migratórios, tecnológicos, económicos, ideológicos e culturais que caracterizam o mundo global do que a rigidez ortogonal de um Estado-Nação. Os Estados são *integrações globais*, e *não locais*, são “cortes verticais em profundidade, cada um separado dos outros, enquanto a cidade é inseparável da rede horizontal das cidades” (Deleuze e Guattari, 1972: 552), trabalhando numa lateralidade que acentua a circulação em vez de a procurar travar à força – abre-se aqui uma possibilidade de passagem do paradigma dos Estados-Nação para o paradigma das Cidades-Estado, ligadas entre si. Certo é que quando o mundo aperta, as fronteiras entre Estados colidem¹².

Talvez no futuro, numa constelação de cidades inteligentes ligadas entre si, se possa encontrar o caminho para o “Planetário”, tornando possível a paz mundial pela ligação que a técnica permite – o *Eros Planetário*¹³ a que Walter Benjamin exortara.

A rede agrega e as associações que constituem o social (Latour, 2005) devem ser pensadas a partir dos fluxos que aí se instalam. O capitalismo e o seu incessante movimento de auto-valorização, para muitos a fórmula maximamente planetária, pôs em marcha uma política que enredou a cidade com migrações, média, e transações, conferindo uma globalidade à figura da cidade, talvez a maior construção física e metafísica da humanidade, agora tornada o objeto-fetichado de digitalização e de efabulação do futuro (RCL 48, H. A. Elias). Aqui temos as *smart cities*.

Uma cidade inteligente constitui-se como uma trama para onde tudo parece tender. É um ambiente técnico e um dispositivo, “*uma meada composta por linhas de natureza diferente*” (Deleuze, 1989) sujeita a atualizações (*upgrade*), e que *orienta* indivíduos, *determinando*,

¹² Traçando uma genealogia jurídica, Carl Schmitt propõe em *Der Nomos der Erde* que o *Jus Publicum Europaeum*, seminal momento do direito internacional, institucionalizou a guerra apoiada num novo ordenamento do espaço que pressupôs a expansão da Europa para o solo “livre” do continente americano. Assim se terá mitigado a guerra na Europa (Cf. Carl Schmitt. [1950] 2008. *Le Nomos de la Terre dans le droit des gens*. Paris: Quadrige/PUF).

¹³ Como diz Benjamin: “De fato, o êxtase é a única experiência na qual nos asseguramos do que há de mais próximo e mais longínquo, e nunca de um sem o outro. Isto porém quer dizer que só em comunidade o homem pode comungar em êxtase com o cosmos. É ameaçadora a desorientação dos modernos em considerar esta experiência como irrelevante e desprezável e relegá-la para a paixão de cada um em belas noites estreladas” (Benjamin, 1929: 107).

controlando, capturando e modelando os seus gestos e ações (Agamben, 2006). É uma rede que organiza e centraliza informação, prometendo uma eficiência agregada entre equipamentos e procedimentos. Mas quanto maior é a convergência de informação, mais complexa é a sua manutenção, e mais sensível será a perturbação das suas linhas. Certo é que dela emergem novas semiologias: há uma ressonância de informação entre indivíduos e equipamentos, ferramentas, máquinas, redes, a convergir para os “mix-active hubs of arphid data, repeaters, relayers, linked to a global network” (Sterling, 2005: 91) – chegados à Internet das Coisas (Internet of Things, IoT), como lhe chamara Bruce Sterling, em que se intensifica uma espécie de recrutamento universal, uma *mobilização infinita* (Sloterdijk, 1989) enfatizado pela prontidão de todas as coisas, entidades humanas e não humanas¹⁴, as quais estarão definitivamente interligadas entre si. Uma relação fluida e imediata, em que “*a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas*” (Marx, 1867: 113) se materializa em zeros e uns.

Ao espaço colou-se uma película de informação integrada (Castells 1989), que pode não ser inclusiva, como no racional espaço público habermasiano. Pelas formas de exclusão (não só de indivíduos, mas também de equipamentos, como um *hardware* que não suporta uma atualização), também na cidade inteligente se encontram renovadas algumas estratégias de governamentalidade, portanto ainda um dispositivo de controlo, agravado com meios tecnológicos que permitem a criação de enormes bases de dados – não apenas enquanto anúncio do fim da privacidade, mas sobretudo porque a gestão da informação se tornou o alvo preferencial da máquina capitalista¹⁵.

Contudo, importa reconhecer não só os aparelhos de poder, mas também as resistências que necessariamente o atravessam. As *linhas* que irrigam um dispositivo podem ser sempre interceptadas, interrompidas, transgredidas e boicotadas (RCL 48, F. Pinto) – eis aqui as *linhas de fratura*, ou as “regras de orientação de si próprio” (Deleuze, 1989: 87) a enformar uma subjetivação. Emergem novas comunidades, fundam-se ecologias democráticas (RCL 48, J. P. Neves) desencadeadas por movimentos sociais apoiados em

¹⁴ Tomar tudo por máquina é a interessante proposta de Levi Bryant, na senda aliás de Bruno Latour, que problematizara a noção de ator social no sentido em que todas as entidades (pessoas, folhas de cálculo ou programas) podem ser atores. Tudo depende da natureza da associação. Bryant, associado com o movimento OOO (object-oriented ontology), propõe a adoção de uma MOO (machine-oriented ontology) (Cf. Bryant, Levy. 2015. *Onto-Cartography: An Ontology of Machines and Media*. Edinburgh University Press).

¹⁵ O que também obrigará a recomposições no trabalho: deve esperar-se o fim de alguns ofícios e o emergir de novos. Sobre esse aspeto, é importante este apontamento de Whitehead: “[...] the rate of progress is such that an individual human being, of ordinary length of life, will be called upon to face novel situations which find no parallel in his past. The fixed person for the fixed duties, who in older societies was such a godsend, in the future will be a public danger” (Whitehead, 1925: 196).

novas estratégias e que reclamam novas formas de construir (Cf. RCL 48, N. C. Thomas). Toma-se o espaço público através de plataformas participadas, orientadas para os cidadãos (Cf. RCL 48, C. S. Costa), numa *apifificação* geral que oscila entre a subjetivação e o controlo, tensionando o *lugar* da especificidade de cada cidade e até o seu património (Cf. RCL 48, M. Neve). Assim se tem conferido um carácter heterotópico ao espaço público (Cf. RCL 48, M. S. Graça).

Há um certo sentido de urgência, especialmente insistente nesta questão porque envolve a Terra inteira. Daí que as cidades do futuro devam ser tomadas enquanto programa politicamente orientado e não apenas enquanto cosmética urbana.

Ainda que Marte apareça no horizonte das expectativas (Cf. RCL 48, D. Newiak), achamo-nos absolutamente na Terra. Isto porque até agora a conquista espacial apenas nos fez recair mais sobre o planeta¹⁶ – *forçados a estar na Terra, sem cura para isso*¹⁷.

Este volume da *Revista de Comunicação e Linguagens* reúne um conjunto transversal de discursos e ideias a convergir num debate onde se cruzam os desafios ao futuro das cidades e as potencialidades das cidades do futuro. Aos autores, pelo sério contributo que deram, deixo o meu agradecimento. Aqui também uma palavra especial à comissão científica, constituída por José Bragança de Miranda, Carlos Smaniotto Costa, José Pinheiro Neves, Jorge Martins Rosa, João Borges da Cunha, Michiel de Lange e Christoph Breser, também às diretoras da RCL, Margarida Medeiros e Teresa Mendes Flores, e ao coordenador do CIC.Digital, Francisco Cádima. Endereço ainda um particular agradecimento a Patrícia Contreiras pela coordenação editorial.

¹⁶ É essa a ideia que fecha *The Genesis of the Copernican World* de Hans Blumenberg: “Returning to the Earth could not have been had except by leaving it [...]. It is only as an experience of turning back that we shall accept that for man there are no alternatives to the Earth” (Blumenberg, 1975: 685). Apesar das interessantíssimas manobras da SpaceX, está ainda por perceber se o corpo aguenta viver noutra corpo celeste.

¹⁷ Lembrando *End Game* (1957) de Beckett.

Referências

Datas entre parêntesis reto dizem respeito à data original.

- Agamben, Giorgio. [2006] 2009. «What is an apparatus?», in *What is an apparatus? and other essays*. pp. 1-23. Stanford: Stanford University Press.
- Benjamin, Walter. [1929] 1992. «Planetário». In *Rua de sentido único*. pp. 107-108. Lisboa: Relógio D'Água.
- Appadurai, Arjun. 2003. “Sovereignty without Territory: Notes for a Postnational Geography.” In *The Anthropology of Space and Place*, ed. S. Low and D. Lawrence-Zúñiga, 337-49. Oxford: Blackwell.
- Blumenberg, Hans. 1975. *The Genesis of the Copernican World*. Cambridge: MIT Press.
- Bryant, Levi. 2014. *Onto-Cartography: An Ontology of Machines and Media*. Edinburgh University Press.
- Castells, Manuel. 1989. *The Informational City: Information, Technology, Economic Restructuring and the Urban-Regional Process*. Oxford & Cambridge: Blackwell Publishers.
- Deleuze, Gilles. [1989] 2015. “O que é um Dispositivo?, *O Mistério de Ariana*, 83-96. Lisboa: Nova Vega.
- Deleuze, Gilles e Guattari, Félix. [1972] 2007. *Mil Planaltos: Capitalismo e Esquizofrenia 2*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Foucault, Michel. [1984] 2005. «Espaços Outros». In *Revista de Comunicação e Linguagens*, 34/35, ed. J. A. Bragança de Miranda e E. Prado Coelho. 243-252. Lisboa: Relógio d'água.
- Latour, Bruno. [2005] 2012. *Reagregando o Social: Uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Marx, Karl. [1867] 1974. *O Capital: Crítica da Economia Política*. (Vol. I). Coimbra: Centelha.
- Miranda, José Bragança. 2005. “Introdução: Geografias – Imaginário e Controlo da Terra”. In *Revista de Comunicação e Linguagens*, 34/35, ed. J. A. Bragança de Miranda e E. Prado Coelho. 11-42. Lisboa: Relógio d'água.
- Sloterdijk, Peter. [1989] 2002. *A Mobilização Infinita: Para uma Crítica da Cinética Política*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Simondon, G. [1958] 1980. *On the Mode of Existence of Technical Objects*. London (CAN): University of Western Ontario.
- Sterling, Bruce. 2005. *Shaping Things*. Cambridge: MIT Press.
- Valéry, Paul ([1928] 2005) «A Conquista da Ubiquidade», *Revista de Comunicação e Linguagens*. 34/35 ed. J. A. Bragança de Miranda e E. Prado Coelho. 313-315. Lisboa: Relógio d'Água.
- Whitehead, Alfred. [1925] 1948. *Science and the Modern World – Lowell Lectures 1925*. New York: Pelican Mentor.

Catarina Patrício desenvolve a sua atividade entre a prática artística, o ensino e a investigação científica. Investigadora em Pós-Doutoramento com bolsa FCT no polo FCSH-UNL do CIC.Digital, com o programa de trabalhos «Smart City: Cinema, Utopicidade e Governamentalidade na Cidade Pós-Industrial». Professora de Antropologia do Espaço no departamento de Arquitetura e Urbanismo da ECATI-ULHT desde 2010. Doutorada em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2014), na especialidade Cultura Contemporânea e Novas Tecnologias, com uma investigação sobre Técnica, Guerra e Cinema financiada pela FCT. Mestre em Antropologia dos Movimentos Sociais pela FCSH-UNL (2008), Catarina Patrício é licenciada em Pintura pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa (2003) e estudou fotografia ao abrigo do programa Erasmus na Fachhochschule Bielefeld (2000).

<https://catarinapatricio.weebly.com/>